

ÊXODO RURAL SELETIVO: REFLEXÕES SOBRE A MIGRAÇÃO DE JOVENS E MULHERES NOS ESPAÇOS RURAIS

Larissa Araújo Coutinho de Paula¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é problematizar e gerar reflexões acerca de um fenômeno que ganha intensidade por todo país: o êxodo rural seletivo do público feminino e juvenil. Há a preocupação de que esse processo, em longo prazo, diminua consideravelmente o número de habitantes nos espaços rurais, implicando no envelhecimento e masculinização dessas áreas, e conseqüentemente seu esvaziamento. Sabe-se que o processo de modernização dolorosa vivido pelo campo brasileiro, com a intensificação da concentração fundiária e da mecanização agrícola exclui gradativamente os postos de ocupação de pequenos agricultores que vendiam sua força de trabalho, e as maiores prejudicadas com esse sistema são as mulheres. No caso dos jovens, a ausência de políticas públicas que lhes garantam atividade rentável no campo, é um dos principais fatores que contribuem para a migração. Quando se trata de jovens mulheres há ainda a questão das desigualdades de gênero, as quais são historicamente enfrentadas pelas mulheres do campo, gerando assim, uma intensa motivação para que migrem com destino às cidades, buscando oportunidades de trabalho e prosseguimento dos estudos. De acordo com a literatura, a migração feminina rural ocorreu de forma diferenciada temporal e regionalmente, sendo o Estado do Rio Grande do Sul aquele com o maior índice de masculinização e êxodo rural, todavia, a partir dos anos 1990 esse fenômeno se expandiu por todo o território nacional. Torna-se necessário, portanto, superar a visão setorial do espaço rural, compreendendo as dinâmicas internas que envolvem os sujeitos que ali vivem, para então, pensar em propostas de intervenção e políticas públicas que atendam suas demandas e que possam contribuir para reverter este quadro.

Palavras-chave: Êxodo Rural Seletivo; Jovens; Mulheres; Relações de Gênero.

1. INTRODUÇÃO

Acreditamos que pensar na configuração do espaço rural atual nos remete a revisitar a história do espaço rural brasileiro, compreendendo, sobretudo o processo de modernização da agricultura, visando entender de que forma esse processo afastou as mulheres das atividades produtivas no campo, de modo a estimular as frequentes migrações, intensificando o êxodo rural. Deve-se elencar ainda, a razão de questões como o patriarcado, o machismo e as relações de gênero acentuarem a migração de mulheres jovens no campo. Fenômeno por sua vez presente não apenas no Brasil, mas evidenciado nos países da União Europeia, onde alguns autores já mencionam o termo de “desertificação rural”, como a Espanha, por exemplo. No caso brasileiro, procuramos entender o fenômeno de forma geral, de acordo com as especificidades de cada região, porém aprofundando os efeitos no Estado do Rio Grande do Sul, onde esse processo tem sido mais intenso. Por fim, serão apresentadas algumas proposições de superação, ou amenização do quadro, propostas pelas bibliografias consultadas, pensando em termos de estímulos do poder público e elaboração de políticas públicas.

¹ Doutoranda em Geografia na FCT-UNESP, campus de Presidente Prudente, e-mail: coutinholacp@gmail.com

Os aspectos trabalhados permitirão compreender as razões pelas quais temos hoje uma agricultura de estrutura complexa, heterogênea e multifacetada, que gradativamente impulsiona a migração de mulheres e jovens para as cidades, provocando vazios e lacunas dos espaços rurais.

2.A INFLUÊNCIA DA MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA NO PROCESSO DE ÊXODO RURAL SELETIVO

Embora o Brasil tenha se tornado independente de Portugal, nossa economia prevaleceu vinculada à exportação de matérias primas de setor primário. Basta pensarmos em quantos ciclos econômicos existira, ou coexistiram: minérios (ouro), cana-de-açúcar, algodão, café, carne bovina, soja etc.

Podemos traçar assim uma periodização simplificada considerando que entre o início do século XVIII até a década de 1930 tivemos o auge do complexo cafeeiro. A partir de 1930 o Brasil entra numa fase desenvolvimentista, orientando investimentos para o setor urbano-industrial, em detrimento da agricultura. O intuito era diversificar a economia e diminuir a dependência de exportações (GONÇALVES NETO, 1997). Esse processo perdurou até a década de 1960, quando, durante o regime militar, houve uma integração dos mercados nacionais e industrialização pesada (siderurgia, petroquímica, material elétrico), processo financiado em grande parte pela produção cafeeira (GRAZIANO DA SILVA, 1996), convém destacar também, o plano de metas de Kubtieschek na década de 1950.

Entre os anos de 1965 a 1985 houve o intenso processo de modernização da agricultura brasileira, integrando-a com a indústria. Sendo considerada por muitos autores como uma modernização conservadora e dolorosa, devido aos impactos ambientais e sociais advindos da mesma. Podemos citar: a devastação de biomas brasileiros, como o cerrado; a intensificação da concentração fundiária, o êxodo rural, o acirramento das disparidades regionais.

A modernização foi altamente seletiva, restringindo o processo em termos de região, tipos de produtos incentivados, nível de capitalização de produtores. A agropecuária passou a ser considerada apenas do ponto de vista setorial, visando a consolidação do agronegócio, para gerar aumento de produtividade, divisas e exportação (MARQUES, 2012).

A modernização foi dolorosa, pois gerou a marginalização, expropriação, espoliação de pequenos posseiros, arrendatários, pequenos proprietários, culminando na migração, êxodo rural, inchaço urbano e pobreza das camadas mais pobres.

Durante o regime militar houve intenso investimento na agricultura por parte do Estado, visando a modernização do setor agropecuário, com a adoção de tecnologias, meios de transporte, armazenamento, política de preços mínimos, no contexto de criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965. Neste processo, o país adotou o pacote da revolução Verde, concentrando maior investimento em determinadas regiões. Segundo Graziano (1980), a política de crédito rural possuía uma tríplice aliança: indústria, bancos e latifúndio.

De acordo com Delgado (2012) o processo de modernização da agricultura brasileira concentrou-se regional e socialmente nas zonas do sudeste e do sul, propagando-se para o centro-oeste somente na década de 1980. Deixando para trás o Nordeste e a Amazônia. Tinham-se essas regiões como reservatórios de mão-de-obra (Nordeste) e de zonas de apropriação capitalista (Cerrados, Amazônia). A expansão da fronteira agrícola, além do plano econômico, envolvia um plano social de orientação de fluxos migratórios, servindo ainda como válvula de escape para tensões.

“O próprio campo se converte em fábrica, se faltar chuva, irriga-se, se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se, se ocorrerem pragas e doença, responde-se com defensivos químicos ou biológicos, e se houver ameaças de inundações, estarão previstas formas de drenagem” (Graziano, 1996, p. 20).

De acordo com Milton Santos, a agricultura tornou-se beneficiária dos progressos tecnológicos. “Há uma produção maior sobre menores porções de terra. A química, a genética, a mecanização, multiplicam a produtividade agrícola, reduzem a necessidade de mão-de-obra no campo. O campo torna-se um espaço cada vez mais instrumentalizado, tecnificado. A ciência, a tecnologia, a informação fazem parte dos afazeres cotidianos do campo moderno. Inventam-se a natureza, criam-se sementes como se elas fossem naturais. Temos como exemplo a biotecnologia utilizada no cerrado, que antes da produção da soja era considerado um deserto” (Santos, 1989, p. 22).

Na agricultura moderna, a produção se torna mais intensa sob o controle do capital, maior uso de inseticidas, máquinas, utilização de trabalho assalariado, cultivo intenso da terra: As barreiras impostas pela natureza à produção agropecuária vão sendo gradativamente superadas, como se o sistema capitalista passasse a fabricar a natureza que fosse adequada à produção da maioria dos lucros.

Na década de 1970 ocorre a crise mundial do petróleo, e nos anos posteriores, seus efeitos perpassam pela economia mundial. Isso culmina na perda de perpetuação do padrão de financiamento do setor agropecuário em meados da década de 1980, acarretado por crises de déficit público e inflação.

Nas décadas de 1980 e 1990 ocorre a adoção de medidas neoliberais, o afastamento da intervenção estatal, a abertura dos mercados nacionais, a privatização de empresas estatais e o agravamento dos problemas sociais no campo e nas cidades, emergindo com força movimentos sociais como: o Movimento dos Trabalhadores Sem terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

A pressão dos movimentos sociais fez surgir em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bem como a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, que destituiu o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), das questões sociais e de reforma agrária. O MDA foi extinto (transformado em secretaria) no atual governo.

Uma das consequências da modernização é que ela reduziu drasticamente a necessidade de mão de obra, separando ainda mais a mulher do trabalho produtivo. O que sem dúvidas foi um ponto que incitou a migração seletiva por gênero e idade (COSTA, FROELICH, 2014), como será melhor abordado no próximo tópico.

3.0 ÊXODO RURAL E MASCULINIZAÇÃO DO CAMPO

As transformações agrícolas, o uso intensivo de tecnologia e mecanização, assalariamento dos trabalhadores, a redução da demanda de trabalho físico/braçal, privilegia a contratação de mão de obra permanente ou temporária masculina, aumentando a segregação de gênero (MAIA, BUAINAIN, 2015).

O campo masculiniza-se a medida em que a introdução de insumos modernos se dá na agropecuária nacional, gerando a expulsão feminina da esfera agrária e a reafirmação do patriarcado (ANJOS, CALDAS, 2005).

Em 1960, 45% da população total do país (70 bilhões de pessoas) viviam nas cidades, em 2000, essa proporção se elevou a 81,2% de um total de 170 milhões, evidenciando ainda mais o inchaço urbano (ANJOS, CALDAS, 2005).

Em 1970: 41 milhões de brasileiros viviam no espaço rural (44% do total). Desde então só houve declínio da população do campo, chegando em 1996, a um total

de 33,8 milhões (22%) do total nacional. Entre 1960 a 1980 o êxodo rural alcançou um total de 27 milhões de pessoas (CAMARANO, ABRAMOVAY, 1999).

O êxodo rural provoca a desestruturação do tecido social de territórios rurais. A masculinização no campo consiste no desequilíbrio da composição populacional rural em termos de idade e gênero e cuja recorrência vem sendo relatada não só pelo Brasil, mas também em vários países da Europa. Trata-se de uma migração seletiva, que inclui principalmente: mulheres e jovens (COSTA, FROELICH, 2014).

4. AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO

As relações de gênero são a primeira forma de significar relações de poder (SCOTT, 1995).

A dicotomia entre mulheres e homens, baseadas nas diferenças sexuais estimulam uma hierarquização e divisão sexual do trabalho, que desvaloriza o trabalho da mulher, tornando o trabalho desempenhado por elas invisível, com sua conseqüente desvalorização.

No caso das trabalhadoras rurais, a invisibilidade do trabalho é ainda mais expressiva em virtude da dificuldade em se dissociar a unidade de produção e a unidade de reprodução e consumo, característica intrínseca da unidade agropecuária familiar, conforme frisa Heredia (1979, p. 17), ao estudar unidades familiares no nordeste do Brasil. Mesmo quando a mulher trabalha em funções consideradas tão difíceis e pesadas como as que são culturalmente desempenhadas por homens, seu trabalho é tido como ajuda, como trabalho leve (PAULILO, 1987).

A divisão sexual do trabalho, fortemente evidenciada no espaço rural, no qual a divisão de tarefas segue uma discriminação pautada no sexo e idade dos membros da família, expressa a organização interna da unidade de produção familiar rural; e também uma diferenciação dos espaços existentes na casa, dos bens que a família possui, além de uma hierarquização entre seus membros. Soma-se a isso a baixa titularidade conjunta de lotes em assentamentos rurais, ou a exclusão das filhas mulheres na sucessão de herança da terra das famílias.

Essas circunstâncias geram nas mulheres, sobretudo as mais jovens, a necessidade de buscar autonomia através de trabalhos fora da área rural, aperfeiçoar os estudos ou migrar para as cidades. As filhas mulheres, como na maioria dos casos não é herdeira da terra, passam a ser mais estimulada do que os filhos homens, a prosseguirem os estudos, cursar uma graduação (CARNEIRO, 1998). Esse processo na medida em que se intensifica, engendra a migração feminina e a “masculinização” das áreas rurais (CARNEIRO, 2007).

5. O CASO EUROPEU: EXEMPLO DA ESPANHA

A desvalorização do trabalho feminino, seja na cidade ou no campo, é uma questão estrutural e cultural que não se restringe apenas ao Brasil à América Latina, na Europa isso também ocorre. A União Européia tem adotado medidas de incentivo a formas de organização de mulheres no campo, em virtude da intensificação do processo de masculinização espaço rural. Culturalmente, as mulheres limitam-se ao espaço privado, e cuidados com a casa, dos filhos, enquanto os homens são valorizados pelo trabalho produtivo e de representação social (RIOJAS, 2014).

Na Espanha muitas mulheres têm deixado o campo em busca de ocupações no mercado de trabalho urbano, sejam ocupações de alto nível de escolaridade, ou ocupações parciais, serviços de limpeza, cuidados com a saúde (RIOJAS, 2014).

As mulheres possuem menos mobilidade no campo do que os homens, devido aos cuidados com a família, soma-se a isso o envelhecimento da população rural, que gera uma proporção elevada de pessoas dependentes. As jovens passam então, a ver a migração como um impulso para a realização de seus projetos pessoais, apesar de não quererem perder sua identidade com o rural (RIOJAS, 2014).

Esse processo produz uma sociabilidade diferente entre os homens, além do celibato entre eles, são os homens de meia idade que passam a assumir os cuidados com os pais etc. (RIOJAS, 2014).

6. O CASO BRASILEIRO: VISÃO GERAL

De acordo com Camarano e Abramovay (1999), a migração feminina rural no Brasil foi diferenciada temporal e regionalmente, e há que se atentar ainda para a queda da taxa de fecundidade, já que recentemente os cônjuges têm reduzido cada vez mais a quantidade de filhos.

Até a década de 1950 quase metade dos migrantes brasileiros eram nordestinos (essas migrações tiveram como motivações principalmente a construção da estrada Belém-Pará, a construção da capital Brasília, os períodos de secas), porém no decorrer do tempo outras regiões tiveram essa dinâmica intensificada.

As mulheres migram mais, pela atração nas atividades terciárias urbanas, pela busca de uma vida menos machista, um maior nível de educação formal, pelas dinâmicas intrafamiliares (carga de trabalho pesada sem contrapartida ou valorização da família) (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Segundo os autores supracitados, as regiões mais masculinizadas, são respectivamente: 1 nordeste, 2 Rio Grande do Sul, 3 Sudeste, seguidas pelas regiões Norte e Centro-Oeste.

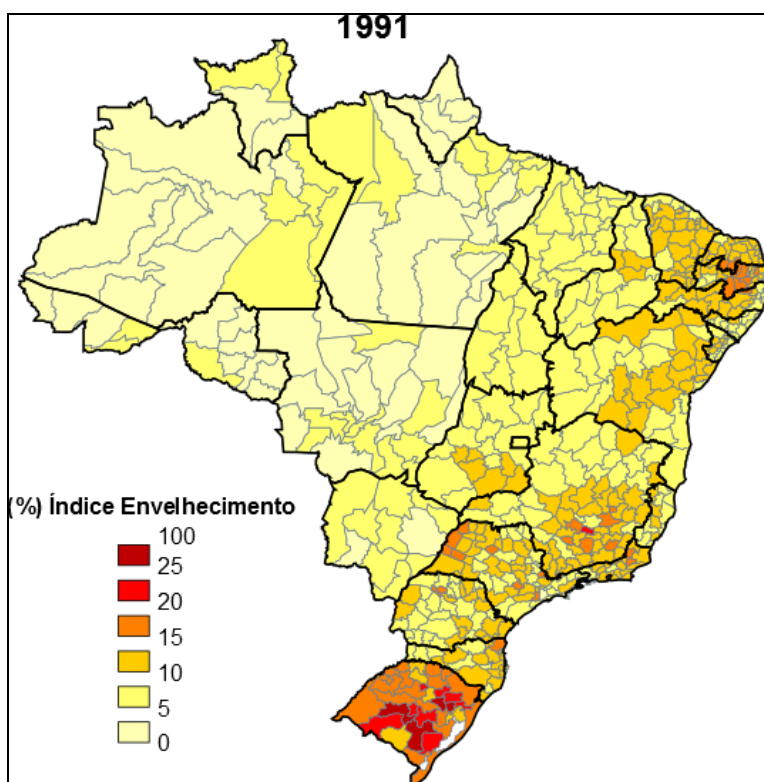
Segundo estudos mais recentes sobre fluxos migratórios campo-cidade, Maia e Buainain (2005), concluíram que entre 1991 a 2010, embora tenha ocorrido ténue arrefecimento da migração, a mesma segue ocorrendo por todo o território brasileiro, e segue seletiva: mulheres e jovens.

Novos fatores são agregados na compreensão desse fenômeno: atualmente o número de filhos de famílias rurais caiu para dois (2) ou um (1), e há maior dependência de idosos (aposentadoria). Além da questão do machismo, outras motivações para a migração são ponderadas, como as assimetrias estruturais entre a qualidade de vida nas áreas urbanas e rurais: saúde, educação, lazer (MAIA, BUAINAIN, 2015).

Até 1991 o envelhecimento era mais intenso no Sul, porém, em 2010, isso se estendeu para as regiões sudeste e nordeste do país (MAIA, BUAINAIN, 2015).

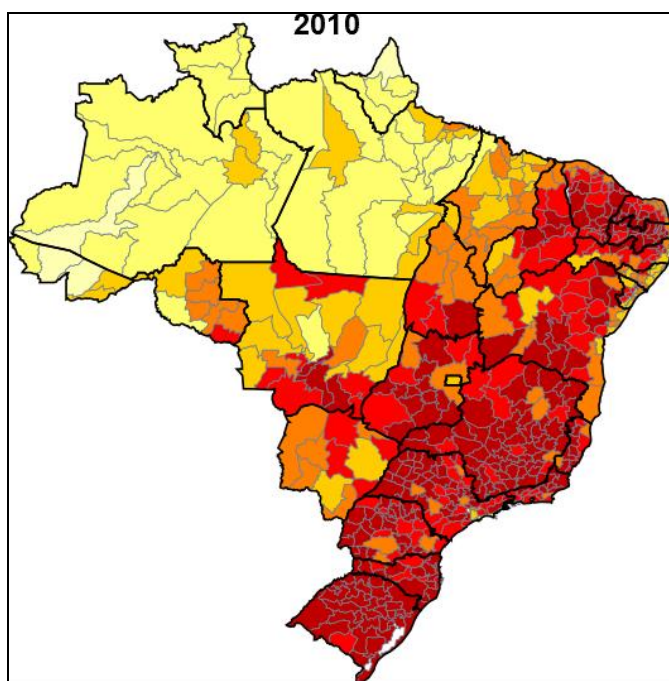
Os mapas a seguir evidenciam a constatação da intensificação do envelhecimento da população rural pelo território nacional.

Mapa 1. Distribuição do índice de envelhecimento (%) da população rural em 1991.



Fonte: MAIA; BUAINAIN (2015).

Mapa 2. Distribuição do índice de envelhecimento (%) da população rural em 2010.



Fonte: MAIA; BUAINAIN (2015).

7. O CASO DO RIO GRANDE DO SUL

A região sul é onde se concentrou o maior declínio da população rural entre todas as regiões brasileiras (ANJOS, CALDAS, 2005).

Nesta região a produção familiar possui uma grande importância econômica, para o Estado em si, e para o país, respondendo por 22% do produto interno bruto. Destaque para a produção de: trigo, tabaco, soja, milho, algodão, cultivo de clima temperado (maçã, pera, uva, pêssego), suinocultura, avicultura (ANJOS, CALDAS, 2005).

No Rio Grande do Sul a gravidade da masculinização rural varia de forma acentuada conforme a região do Estado. Na região da Campanha, por exemplo, a razão entre os sexos chegou a cento e trinta e nove (139) homens para cada cem (100) mulheres (COSTA, FROELICH, 2014).

Se considerarmos a regionalização do Estado do Rio Grande do Sul por sistemas agrários (classificação que reúne características de agrossistemas e de sistema social produtivo, considerando relevo, vegetação, produção agrícola, tipos de assentamentos sociais) veremos que houve uma intensificação do processo de masculinização rural no Rio Grande do Sul, entre 1950 a 2007, que não ocorreu de forma homogênea. Há variações dos índices conforme os sistemas agrários (COSTA; FROELICH, 2014).

Nas regiões onde a dinâmica socioeconômica é fortemente relacionada à agricultura familiar, os índices de masculinidade são muito mais baixos do que nas demais. É o caso de Colônias e Colônias Novas: áreas de baixos índices de masculinização rural, presença de mulheres com maior nível de organização social: viticultura, suinocultura, fumicultura e produção de leite, atividades não agrícolas. Ou seja, há uma maior diversidade produtiva.

A área de Planalto e Depressão é onde houve intensa mecanização de arroz e soja, desvinculando as mulheres de atividades produtivas.

As áreas de Campanha, Litoral Sul, Serra do Sudeste e Campos de Cima da Serra são regiões de criação de gado de corte extensiva, com tradição patriarcal e machista na qual as mulheres trabalham desde a pré-adolescência com o manejo do gado, porém, nem elas próprias reconhecem o trabalho que desempenham.

8. MEDIDAS QUE POSSIBILITAM MUDANÇAS

A masculinização e envelhecimento da população rural, somado às taxas de baixa fecundidade indicam a gravidade desses fatores com relação a permanência e manutenção da vida no campo.

Não se deve pensar a desruralização como algo inerente à modernidade. É importante buscar um novo projeto de modernidade que converta a agricultura familiar em instrumento de redução das desigualdades e de ampliação das oportunidades de emprego e renda (ANJOS, CALDAS, 2005).

Podemos pensar em uma série de proposições que visam a médio e longo prazo, erradicar, ou reduzir esse risco:

-É necessário superar a visão setorial do campo. E vê-lo além da posição dicotômica com a cidade, superar o entendimento do rural como atraso (ANJOS, CALDAS, 2005).

-Recuperar a ausência de infraestruturas e serviços públicos para o rural: saúde, educação, segurança, lazer (ANJOS, CALDAS, 2005).

-É preciso readequar os objetivos de políticas públicas às especificidades regionais, podendo, assim, promover a permanência das mulheres e jovens no rural (COSTA, FROELICH, 2014).

-Efetivar a reforma agrária no território nacional, de modo que seja planejada, com condições adequadas para a produção e qualidade de vida dos assentados, acompanhada de outras políticas que apoiem as atividades produtivas das mulheres (COSTA, FROELICH, 2014).

-Estimular o potencial de diversificação da produção das famílias rurais, ampliando as oportunidades de emprego e de renda (COSTA, FROELICH, 2014).

-Ampliar as ações de extensão rural e de crédito para as mulheres e jovens (COSTA, FROELICH, 2014).

-Incentivar as atividades não-agrícolas no rural, exemplo: artesanato, turismo rural (COSTA, FROELICH, 2014).

-Propiciar a agroindustrialização para agregação de valor aos produtos da agricultura familiar (COSTA, FROELICH, 2014).

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a respeito do iminente vazio habitacional ao qual o campo brasileiro está gradativamente apresentando requer uma compreensão mais ampla do que consiste o espaço rural. O campo não é apenas um setor para gerar divisas e produzir itens exportáveis, no campo há famílias que defendem o trabalho de produzir alimentos para o mercado interno, para alimentarem a si mesmos e a demais pessoas. Essas famílias gostam de viver na área rural, porém reconhecem as dificuldades as quais suas vidas são impostas pela ausência de serviços que são básicos e de direito de todo cidadão, independente de onde resida –saúde, educação, segurança, lazer. As famílias rurais precisam de unidades de saúde próximas às suas casas, precisam de ambulâncias, precisam de escolas de todos os níveis de ensino, bem como transporte escolar para estudantes que residam distante e cujas famílias não possuem veículos. Essas escolas devem cumprir com a base curricular nacional, porém sem deixar de instruí-los para as particularidades do trabalho no campo, dando-lhes então, a oportunidade de permanecerem nos sítios e lotes, se assim quiserem. Ademais, é necessário um esforço para romper a forte tradição machista que ainda impregna o campo brasileiro, de modo a dotar as mulheres de oportunidades de trabalho e renda com as atividades rurais, do contrário, seguiremos assistindo um esvaziamento progressivo do campo brasileiro, no qual cada vez mais mulheres e jovens partirão buscando um modo de viver com o mínimo de dignidade que lhes tem sido negada.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Brasília (DF), v. 15, n.2, p. 45-66, 1998.

ANJOS, F.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face os desafios da masculinização, envelhecimento e desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n.1, p. 661-694, 2005.

CAMARERO, Luis. ¿Por qué hay menos mujeres en las áreas rurales? **Agricultura Familiar en España**, [S.I.], 2009, p. 86 a 90. Disponível em: <http://www2.uned.es/dpto->

sociologia-I/departamento_sociologia/luis_camarero/pag_086-090_camarerorioja.pdf.
Acessado em 22 de janeiro de 2018.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CASTRO, E. G. (Org.); CARNEIRO, M. J. (Org.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C.; SANTOS, S.; COSTA, L. F. C. (Org.). **Mundo Rural e Política**. Campus, Rio de Janeiro, Campus, p. 95-118, 1998.

COSTA, C.; FROEHLICH, J. M. Políticas públicas e masculinização rural no Rio Grande do Sul: uma abordagem a partir das condições regionais. **Campo-Território**, Uberlândia (MG), v. 9, p. 27, 2014.

DELGADO, G. da. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1985. 240 p.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997. 245 p

GRAZIANO DA SILVA .J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

HEREDIA, B. M. A. **A Morada da Vida: trabalho familiar entre pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 164p.

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M.; O novo mapa da população rural brasileira La nouvelle carte de la population rurale du Brésil. The new map of Brazil's rural population. **Confins** (Paris), Vol. 2015, Fac. 25, pp.1-26, Marseille, França, 2015.

MARQUES, M. I. M. . **O conceito de espaço rural em questão**. **Terra Livre**, São Paulo, v. 18, n.19, p. 95-112, 2002.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**. v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. SBPC: Rio de Janeiro, 1987.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2003.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99